



VIOLÊNCIA SEXUAL NA ACADEMIA DE LISBOA

PREVALÊNCIA E PERCEÇÃO
DOS ESTUDANTES





FAL

FEDERAÇÃO ACADÉMICA
DE LISBOA



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA



ASSOCIAÇÃO
ACADÉMICA DE
MEDICINA
DENTÁRIA DE
LISBOA



ASSOCIAÇÃO
DE ESTUDANTES
FACULDADE DE ARQUITECTURA



AEEEL-ICS-UCP



Associação de Estudantes da Escola
Superior de Enfermagem de Lisboa

aeESELx



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LISBOA

AEFCM



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE
DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES
FACULDADE DE ENGENHARIA



associação de estudantes da faculdade
de medicina de lisboa



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES
FACULDADE DE MEDICINA



ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE
DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E ENGENHEIRIA DE TERRITÓRIO



Associação dos Estudantes
Tapada da Ajuda - Lisboa



ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ICTE-IUL



ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO
SUPERIOR DE ENGENHARIA DE GEOMETRIA E
TOPOGRAFIA



associação dos estudantes
instituto superior técnico



NOVA
IMS SU
Students'
Union

FICHA TÉCNICA

Título: Violência Sexual na Academia de Lisboa:
Prevalência e Perceção dos Estudantes

Agradecimentos:

O Centro de Estudos da Federação Académica de Lisboa agradece a todos quantos deram o seu contributo e participação, a título individual ou institucional, nomeadamente, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Quebrar o Silêncio; UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Autor: Federação Académica de Lisboa (FAL);
Américo Bento; Hugo Lopes Silva; Cristel Lopes.

ISBN: 978-989-54553-1-7

Novembro de 2019

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer processo eletrónico, mecânico ou fotográfico incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia do editor. Exceptuam-se as transcrições de curtas mensagens para efeitos de apresentação, crítica ou discussão das ideias e opiniões contidas no livro. Esta exceção não pode, no entanto, ser interpretada como permitindo a transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares, da qual possa resultar prejuízo para o interesse pela obra. Os infractores são passíveis de procedimento judicial, nos termos da lei.

PREÂMBULO

A Direção-Geral da Federação Académica de Lisboa tem pautado a sua intervenção por uma ótica alargada de acompanhamento diário da realidade da nossa Academia. Acreditamos que devemos aproximar os estudantes da sociedade contemporânea e daqueles que são os temas basilares da mesma, promovendo atividades disruptivas que permitam contemplar de outra forma o nosso quotidiano. Este contexto académico e simultaneamente social permite-nos abranger uma vertente particular na valorização dos estudantes e da dignidade da condição humana.

É nesse sentido, e com o intuito de dar lugar a novos debates e a um escrutínio aprofundado desta esfera tão relevante na vivência do ensino superior, que procedemos à análise daqueles que têm sido os indícios de violência sexual no âmbito do nosso sistema, denunciando a sua abrangência e procurando consciencializar para a necessidade de os combatermos. Façamos parte da mudança de paradigma, promovamos a segurança e o respeito entre todos.

Sofia Costa Escária

Presidente da Direção-Geral da FAL 2019

ÍNDICE

11 ÍNDICE DE TABELAS

11 ÍNDICE DE FIGURAS

13 INTRODUÇÃO

14 Conceptualização de violência sexual

16 Prevalência, Perfil, Causas, Fatores de Risco e consequências da Violência Sexual

22 OBJETIVOS E METODOLOGIA

27 RESULTADOS

27 Características gerais

28 Perspetiva dos estudantes sobre a violência sexual

30 Perceção dos estudantes com frequência no Ensino Superior sobre a segurança

31 Prevalência da violência sexual em estudantes do Ensino Superior

38 CONCLUSÕES

40 RECOMENDAÇÕES

41 BIBLIOGRAFIA

45 **Anexo I** Guião de Inquérito por Questionário – Violência Sexual no Ensino Superior

49 **Anexo II** Avaliação dos inquiridos em relação à proximidade com as características

51 **Anexo III** Análise de Componente Principal sobre rotação Oblimin

52 **Anexo IV** Proporção de respostas para os 18 itens incluídos na Composite Abuse Scale modificada, medida por estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa em 2018

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Potenciais consequências de violência e coação sexual na saúde	20
---	-----------

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Médias das medidas de frequência consideradas pelos inquiridos	25
Figura 2. Perceção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários de violência sexual em 2018 (%)	28
Figura 3. Perceção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários que não constituem violência sexual em 2018 (%)	29
Figura 4. Perceção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários sem consenso sobre a sua natureza de violência sexual em 2018 (%)	30
Figura 5. Perceção de segurança dos estudantes no Ensino Superior em Lisboa em 2018 (%)	31
Figura 6. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa, às questões da dimensão “emocional”, em 2018	32
Figura 7. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa, às questões da dimensão “assédio sexual”, em 2018	33
Figura 8. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa, às questões da dimensão de carácter “físico”, em 2018	34
Figura 9. Proporção de respostas aos 18 itens incluídos na Composite Abuse Scale modificada, medida por estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa em 2018	35
Figura 10. Percentagem total de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que contaram ou reportou uma situação de violência sexual	36
Figura 11. Satisfação com a resolução e/ou apoio prestado dos estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que contaram ou reportou uma situação de violência sexual (%)	36
Figura 12. Agentes de denuncia por parte de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que contaram ou reportaram uma situação de violência sexual (%)	36
Figura 13. Agentes denunciados como agressores por parte de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que experienciaram pelo menos uma situação de violência sexual (%)	37

INTRODUÇÃO

O estudo *“Violência Sexual na Academia de Lisboa - Prevalência e Percepção dos Estudantes”* foi desenvolvido entre 2018 e 2019 pelo Centro de Estudos da Federação Académica de Lisboa e contou com a cooperação observante da APAV, Quebrar o Silêncio e UMAR.

Este projeto surge enquadrado numa iniciativa da Federação Académica de Lisboa, com o propósito de abordar fundamentadamente a temática da violência sexual sobre a população estudantil do seu âmbito territorial.

Constitui-se como definição de violência sexual para o presente estudo a definição da Organização Mundial de Saúde (2002) onde se incluem “todos os atos sexuais ou tentativas para obtenção de atos sexuais, comentários sexuais não consentidos, ações contra a sexualidade de uma pessoa, através do uso da coação sexual, por qualquer pessoa, independente da relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não sendo limitado aos ambientes como casa e trabalho”.

A temática da violência sexual é analisada quanto a três dimensões: a perspetiva da violência sexual explora a relação estabelecida pelos estudantes sobre o que constitui, ou não, violência sexual; a percepção de segurança examina a conceção dos estudantes sobre os riscos associados à vitimização com os campus universitários; a prevalência reflete sobre a frequência de situações de violência sexual no contexto académico.

A estrutura da investigação é apresentada por uma primeira secção que diz respeito ao estado da arte, estabelecendo a definição assumida para violência sexual e aprofundando a revisão de literatura sobre a prevalência, fatores de risco e consequências da violência sexual. A segunda parte desenvolve os objetivos e ferramentas metodológicas selecionados e a terceira parte apresenta os resultados das três dimensões sobre análise.

Em suma, esta investigação objetiva explorar uma compreensão alargada sobre o fenómeno da violência sexual contra os estudantes do Ensino Superior e, por consequência, estimular as boas práticas por parte dos estabelecimentos de Ensino Superior que o compõem.

CONCEPTUALIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência, quer de índole pessoal ou estrutural, inclui várias dimensões, como abuso físico, emocional e sexual, além de negligência, o que significa que as necessidades fundamentais do indivíduo não são atendidas ou são desnecessariamente arrastadas. O conceito de violência abrange todos os tipos e graus de violência, mas pela pertinência relacionada ao ensaio, ir-se-á aprofundar o conceito de violência sexual (Olsvik, 2010).

As definições de violência sexual que têm vindo a ser apresentadas por diferentes autores e organizações contêm variações, tornando difícil obter uma definição clara e universal. É ainda um tema controverso que carece não só de investigação, mas também de sensibilização e de difusão de conhecimento para que toda a sociedade civil participe no debate lado a lado com a comunidade científica e decisores políticos. O debate teórico sobre o que constitui violência sexual é recorrente entre vários autores (O'Neil & Morgan, 2010). Inicialmente, a definição era dominada pelo enquadramento legal e por isso centrada na violação, considerando como elementos fundamentais a penetração vaginal, uso da força e omissão do consentimento (Shohn & Horney, 1992). Na década de setenta, o progresso de alargar esta definição para responder à sua real complexidade é defendido por juristas e movimentos feministas (McMahon, 2011). Posteriormente, sobretudo desde a década de oitenta, a sua definição expandiu, como apresenta Gavey (2005), em consequência da investigação reveladora do largo campo da violência sexual, para lá da violação. Aliás, em conformidade com a abrangência e perspetiva sobre a violência sexual, multiplicam-se as possíveis definições, embora se perpetue um olhar estereotipado do público sobre aquilo que consideram vítimas reais (McMahon, 2011).

Em todo o caso, é necessário compreender que os contextos e dinâmicas associadas à violência sexual são por si só um domínio de grande pluralidade, podendo ocorrer numa relação de intimidade, a título de exemplo no namoro ou conjugalidade, sendo este cenário agravado pela possível aceitação do papel comportamental esperado em função do género e a consequente negação do contexto de violência sexual. Nas relações ocasionais, as situações de violência são compostas por atos sexuais forçados ou não consentidos por um agressor conhecido pela vítima, podendo o laço de intimidade ser quase inexistente. Reconhece-se ainda a existência de prática de violência sexual por desconhecidos, contexto que de todos os descritos representa a menor frequência (APAV, 2013).

A Resolução n.º 49 da Assembleia da Organização Mundial de Saúde, de 25 de maio de 1996, declara a prevenção da violência como um caso de prioridade para a saúde pública. Neste contexto, são reconhecidas as implicações que a violência provoca na saúde, em termos imediatos e a longo prazo, para indivíduos, famílias, comunidades e nações.

A violência sexual, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), pode ser considerada um problema global em termos geográficos, de idade e género. E aprofundando este princípio, “qualquer pessoa pode ser vítima de violência sexual, independentemente do sexo, da orientação sexual (...), do tipo de relacionamento que estabelece com o/a potencial agressor/a” (APAV, 2013). Ainda de acordo com a OMS (2002), pode ser compreendida como uma forma de agressão objetivando não o prazer ou satisfação sexual, mas a afirmação, libertação emocional negativa, prazer sexual por meio da tortura/sofrimento ou da aquisição de poder, superioridade e controlo sobre o outro (WHO, 2002).

A OMS (2002) apresenta outras formas de violência sexual, que incluem o casamento forçado, esterilização forçada, aborto forçado, gravidez forçada, negação do acesso à contraceção ou proteção contra infeções sexualmente transmissíveis, mutilação genital feminina, testes de virgindade, prostituição forçada, tráfico para fins de exploração sexual, escravatura sexual e negação dos direitos reprodutivos da mulher. Neste sentido, tome-se como referência para este estudo a definição apresentada pela Organização Mundial de Saúde (2002) onde se incluem “todos os atos sexuais ou tentativas para obtenção de atos sexuais, comentários sexuais não consentidos, ações contra a sexualidade de uma pessoa, através do uso da coação sexual, por qualquer pessoa, independente da relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não sendo limitado aos ambientes como casa e trabalho”.

Em suma, violência sexual representa um largo conjunto de comportamentos, contactos e interações não consentidos de natureza sexualmente coerciva, abusiva (com contacto direto ou indireto entre o agressor e a vítima) e/ou violação (ou tentativa) (APAV, 2013).

No âmbito deste estudo é ainda pertinente construir a definição de violência institucional, que pode constituir o abuso negligente, psicológico, físico ou sexual que ocorre em âmbito institucional ao cuidado de pessoas (Sobsey, 1994) citado em (Olsvik, 2010). A título de exemplo, um caso de assédio institucional

pode ser dominado pelo poder profissional, ou seja, o poder sem balanço entre um professor(a) e um aluno(a) (Olsvik, 2010).

PREVALÊNCIA, PERFIL, CAUSAS, FATORES DE RISCO E CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A APAV (2013) afirma que a frequência de violência sexual é especialmente predominante na população universitária, sendo, no entanto, assinalada a carência de investigação sobre a vitimização sexual para o sexo masculino. Nos Estados Unidos da América a problemática da prevalência da violência sexual é desenvolvida pela primeira vez em 1981, por James Makepeace, que fundamenta a premissa sobre a qual 21% dos alunos pré-universitários são agressores ou vítimas de práticas de violência sexual nas suas relações íntimas. Estes resultados fomentaram o interesse pela temática, que obteve foco durante as décadas de 80 e 90 (Paiva, 2004).

A determinação da frequência do Ensino Superior como um fator de risco para a ocorrência de violência sexual pode potencialmente ser explicada pelo tipo de atividades e estilo de vida praticado durante a sua frequência. O cenário de risco é formado sobre a perspectiva do Ensino Superior como uma experiência de exploração, de emancipação, de consumo de álcool, drogas e atividade sexual em concomitância com a integração em novos grupos sociais (APAV, 2013). Em concordância, como descreve Wesley (2007), é estabelecida uma relação direta entre o consumo de álcool/drogas e os crimes de violência sexual. A taxa de criminalidade está diretamente relacionada com o tamanho do *campus* e o número de estudantes (Fox & Hellman, 1985). Também a proporção de estudantes alojados em proximidade aos *campi*, em áreas urbanas com altas taxas de desemprego, foram fortes indicadores das taxas de criminalidade (McPheters, 1978 citado em Wesley, 2007). Ao ponto de, nos Estados Unidos da América, vários autores (Smith, 1988, Carter, 1999, Bedenbaugh, 1999) correlacionarem o início da massificação do Ensino Superior com o aumento da criminalidade nos *campi* universitários.

Como tal, a violência sexual assume diferentes formas, decorre em contextos por vezes muito distintos e, por isso, identificar e compreender os fatores de risco torna-se complexo. Por outro lado, a investigação que tem vindo a ser desenvolvida ainda se refere muito aos casos de violência sexual contra mulheres, pelo que o desconhecimento quer das causas e fatores de risco, quer

das consequências, e como é que esta se caracteriza em indivíduos do género masculino, dificulta o conhecimento do fenómeno na sua totalidade.

Para a definição e conhecimento dos fatores de risco existem dois modelos que adiantam possíveis explicações do fenómeno. Ferraro (1995) constrói um modelo que combina características macro e micro, e que se destaca pela capacidade de perceber o risco e constrangimento do comportamento para entender o medo da criminalidade. Entre os resultados, conclui que os indivíduos com menos de vinte e cinco anos têm maior medo da criminalidade do que os restantes. Por outro lado, o modelo ecológico, muito utilizado na investigação, propõe que a violência será o resultado de fatores que atuam em quatro níveis diferentes, nomeadamente o indivíduo, o relacionamento, a comunidade e a sociedade. Este é um modelo que contribui para a análise da interação entre os diferentes níveis.

Veja-se, ao nível individual e do relacionamento, que os principais fatores de risco apontados têm a ver com o uso de substâncias como álcool e drogas, pessoas pertencentes a grupos marginalizados, personalidade antissocial, exposição a situações de violência doméstica entre os progenitores enquanto criança, historial de abuso físico ou sexual enquanto criança, baixo nível de educação, crenças acerca da violência, a existência de vários parceiros ou de infidelidade e ainda, crenças acerca da igualdade de género como injusta.

No que diz respeito aos fatores que se encontram nos níveis da comunidade e sociedade estes são apontados como os mais importantes por serem ambientes onde a identificação e prevenção de situações de violência sexual poderá ter maior efeito – do ponto de vista da saúde pública – já que tanto a cultura como a sociedade são capazes de perpetuar ou interromper crenças acerca da violência. Aqui inserem-se, ainda, como fatores de risco as crenças ligadas à desigualdade de género ou mesmo as sanções legais que punem a violência sexual.

Já o modelo designado *continuum* de violência sexual, sugere uma ampla gama de comportamentos interconectados. De um lado do *continuum* estão comportamentos geralmente considerados sexualmente violentos, que são reconhecidos como crimes e julgados com severidade, por isso, com punições legais. Do outro, estão comportamentos que são aceites pela sociedade, incluindo linguagem sexualmente degradante, pornografia e assédio sexual.

Os comportamentos do *continuum* menosprezados contribuem para uma cultura de violência tolerante de formas mais graves de violência sexual. (McMahon, 2011).

Os tratamentos de prevenção direcionados para a saúde mental exigem a identificação de um conjunto de fatores e condições que potenciam a probabilidade de um indivíduo se transformar numa vítima (Turner, 2006). E o avanço na compreensão da realidade da violência sexual sobre estudantes universitários oferece respostas de como atuar fundamentadamente (Hart, 2013). Neste sentido, o perfil traçado da maioria dos agressores é o de homens (no que diz respeito a *stalking* - comportamentos com o objetivo de perturbar, atemorizar e alarmar a vítima - e violência física) já conhecidos pela vítima na maioria das diferentes tipificações de violência sexual e que frequentam a mesma instituição no caso de *stalking* (NUS, 2011). As estratégias do agressor na prática de violência sexual variam do emprego/ameaça de força física, de pressão psicológica, persistência e pressão verbal, abuso de autoridade, constrangimento e/ou restrição física (APAV, 2013).

Os estudantes universitários do sexo feminino são vítimas de violação e agressão sexual fora do *campus* com frequência significativamente maior do que os estudantes do sexo masculino (Hart, 2013). Além disso, os estudantes cujos estilos de vida são caracterizados pela alta frequência de festas experimentam um aumento do risco de vitimização, indicando a noção de "*hot spots*" e "*hot times*" para ocorrer crime (Sloan et al, 2000 citado em Wesley, 2007). Paralelamente, existem vários estudos que defendem a tese de que o medo da criminalidade não é proporcional à probabilidade de serem vitimização (Liska, Lawrence, Sanchirico, 1982). Sobre esta temática da vitimização sexual há abundância de publicações no contexto do Ensino Superior, possivelmente pela acessibilidade dos investigadores à amostra e por amplos fatores de risco identificados na população estudantil (APAV, 2013).

Como argumentado pela APAV (2013), embora não exista um perfil predeterminado, "a maior vulnerabilidade à vitimização sexual não poderá ser explicada pela presença de um único fator de risco, mas antes pelo modo como os vários fatores de risco presentes interagem entre si e contribuem, como um todo, para o aumento da probabilidade de vitimização sexual num determinado momento da vida". Os fatores de vulnerabilidade que potenciam o risco de um indivíduo experimentar uma situação de violência sexual enumeram-se como individuais (biológicos, psicológicos, emocionais ou sociodemográficos),

relacionais (qualidade dos relacionamentos de intimidade), sociais (contexto socioeconómico, educação, classe social, exclusão social e género) e comunitários. Acrescentam-se outros, como a frequência do Ensino Superior, que representa um fator de risco determinado a um período da vida (APAV, 2013).

São vários os autores que sustentam a evidência da diferença de género em relação às perceções sobre o crime e o medo. Assim, a revisão de literatura de Wesley (2007) apresenta múltiplas investigações onde a mulher apresenta maiores indicadores de medo de sofrer um crime, em comparação ao homem, quando introduzida a perceção sobre o medo de vitimização durante a noite os resultados das mulheres chegam a duplicar face aos homens. Esta relação aferida defende a premissa que o género prediz os níveis de medo no *campus*, ao anoitecer. Outros autores, como McCreedy & Dennis (1996), exploram os constrangimentos comportamentais que o medo da criminalidade tem sobre os estudantes, nomeadamente que 27% dos inquiridos evitam frequentar aulas depois de anoitecer, sendo que esta percentagem aumenta se os estudantes tiverem sido vítimas de violação (ou tentativa) e de outros crimes sexuais.

As principais conclusões do estudo de Wesley (2007) sugerem que os *campi* universitários não são áreas isoladas do crime como se acreditava, existindo uma desconexão entre as experiências reais de vitimização e os níveis correspondentes de medo percebido, segurança, risco e comportamento restrito, destacando ainda a importância de educar os alunos sobre as taxas de vitimização específicas do grupo.

Não obstante a probabilidade de os crimes sexuais identificados nos *campi* universitários representarem ou não valores significativos, estudos similares evidenciam que, em múltiplos cenários, os estudantes expressam altos níveis de medo de potencial vitimização e as medidas preventivas devem responder não só ao crime, como à sensação de segurança, neste caso do estudante (Fisher, 1995; McCreedy & Dennis, 1996; Meijer, 1995 citado em Hart, 2013).

A bibliografia aponta que as principais conseqüências na saúde de sobreviventes a situações de violência sexual serão sobretudo ao nível da saúde mental, com a propensão a depressão, ansiedade, comportamentos suicidas e outros problemas ao nível comportamental. Estas alterações aumentam a propensão a comportamentos de risco, como o consumo de substâncias, e ainda ao nível social, experimentando sentimento de vergonha ou evitamento, e até mesmo dificuldades na socialização (Bedenbaugh., C., 1998; Berta, M. et al, 2007).

A percepção dos estudantes sobre a criminalidade potencia o constrangimento das suas ações através de comportamentos como receio de estar/andar sozinho no *campus* ao anoitecer (McConnel, 1997). É evidenciada uma relação de maior probabilidade de recuperação da vítima caso seja acompanhada desde cedo (APAV, 2013).

Os impactos de crimes de violência sexual sobre mulheres estudantes apresentam múltiplas consequências na aprendizagem (com efeitos diretos nos resultados académicos), confiança (sobretudo no medo de reincidência), nos relacionamentos e na sua saúde física e mental (NUS, 2011). Na tabela 1 apresentam-se as principais consequências da violência e coação sexual na saúde:

Categorias	Potenciais consequências
Saúde Reprodutiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trauma Ginecológico; ▪ Gravidez Indesejada; ▪ Aborto Inseguro; ▪ Disfunção Sexual; ▪ Infecções Sexualmente Transmissíveis, incluindo SIDA; ▪ Fístula Traumática.
Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Depressão; ▪ Perturbação de stress pós-traumático; ▪ Ansiedade; ▪ Dificuldades do sono; ▪ Sintomas somáticos; ▪ Comportamento suicida; ▪ Perturbação de pânico.
Comportamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento de risco (por exemplo, relação sexual desprotegida, início sexual consensual precoce, múltiplos parceiros, abuso de álcool e drogas); ▪ Risco maior de perpetrar (para homens) ou de sofrer violência sexual subsequente (para mulheres).
Resultados fatais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suicídio; ▪ Complicações na gravidez; ▪ Aborto inseguro; ▪ SIDA; ▪ Assassinato durante violação ou por "honra"; ▪ Infanticídio de uma criança nascida de violação.

Tabela 1. Potenciais consequências de violência e coação sexual na saúde.

Fonte: Adaptado de WHO, 2012.

Os crimes são agravados, pelo que Hart (2013) argumenta que os estudantes universitários não denunciam violência à polícia por muitos motivos. Os resultados indicam que 35% das vitimizações sofridas por estudantes universitários no *campus* não foram relatadas à polícia por serem consideradas "questões pessoais ou particulares" e 17% dos crimes fora do *campus* não foram relatados à polícia porque a vítima "não possuía provas suficientes".

Os estudantes demonstram-se mais influenciados para reportar *stalking* à instituição de ensino (caso o agressor partilhe a mesma IES) e, nos casos de violência física à polícia. As situações que os estudantes percebem como crimes de violência sexual de menor importância têm menor probabilidade de serem reportados à polícia. As razões mais comuns para não reportar um crime de violência sexual relacionam-se com a vergonha e constrangimento, sendo que 43% das vítimas acreditam que seriam culpadas pela prática/tentativa de crime. As limitações na mensurabilidade da realidade através da estatística são compreensíveis quando um terço das vítimas entende que ninguém iria acreditar na sua denúncia e quatro em cada dez vítimas de crimes de abuso, coação sexual ou violação não os reportaram a ninguém (NUS, 2011).

Os dados que mostram a prevalência da violência sexual são obtidos, sobretudo, através de inquéritos populacionais, relatórios policiais ou mesmo relatórios de segurança, bem como dados obtidos através de organizações da sociedade civil. No entanto, geralmente, os dados são pouco representativos e, segundo a OMS, os casos de violência sexual são ainda pouco denunciados.

No decurso deste trabalho de investigação foram vários os constrangimentos identificados, sobretudo relacionados com a sensibilidade do objeto de estudo. A ausência de denúncias de experiências de vitimização sexual às autoridades revela um severo obstáculo à aferição da realidade (APAV, 2013).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A investigação para o presente Estudo foi desencadeada através da iniciativa da Direção-Geral da Federação Académica de Lisboa, que a delegou ao seu Centro de Estudos. Neste sentido, em esforço conjunto foram contactadas entidades que atuam sobre a temática da violência sexual em território nacional, pelo que primeiro se realizaram reuniões de apresentação do projeto de estudo e posteriormente da apresentação do guião de inquérito. Este último encontro e subsequentes comentários via correio eletrónico viabilizaram a construção de um inquérito com linguagem adequada, cenários reais, bibliografia e outros detalhes que sem a colaboração e experiência de trabalho de campo das entidades referidas seriam impercetíveis a uma comum revisão de literatura.

Em todo o caso, toda a revisão de literatura, métodos de investigação, tratamento e apresentação de resultados e conclusões foram desenvolvidos pelo Centro de Estudos, salvaguardando o potencial enviesamento da investigação.

O objeto da investigação, como descrito no enunciado do inquérito (Anexo I), é compreender a violência sexual quanto à insegurança, perspetiva e frequência sobre a população dos estudantes a frequentar estabelecimentos de Ensino Superior em Lisboa no ano de 2018, pelo que foi considerado todo o âmbito territorial da Área Metropolitana de Lisboa. Como tal, as respostas recolhidas onde estes critérios não foram identificados foram excluídas. Todavia, no sentido de maximizar a garantia de confidencialidade percebida pelos inquiridos, devido ao grau de sensibilidade da temática objetivada, a secção de caracterização do inquérito é constituída em grande parte por respostas abertas e/ou com opção de não resposta.

Partindo destes princípios, foi realizado um inquérito por questionário junto de uma amostra aleatória total de 1052 indivíduos, dos quais se consideram 955 casos válidos. Segundo o Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior elaborado pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), no primeiro semestre de 2018 existiam 138 539 estudantes inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior na Área Metropolitana de Lisboa, o que permite recolher um grande número de informações por indivíduo e possibilita a generalização dos resultados da amostra à totalidade da população com intervalo de confiança de 3.10% (a 95% confiança).

A primeira parte do inquérito foi elaborada para aprofundar, da perspetiva do estudante, o que constitui, ou não, violência sexual. Com este objetivo foram desenhadas 22 questões que representam diferentes contextos, podendo constituir cenários claros de violência sexual segundo a definição da OMS (2012), situações que nada têm em comum com violência sexual e perguntas que abordam “áreas cinzentas”, onde não existe consenso sobre se constitui ou não violência sexual. A ordem das questões foi aleatória, com respostas fechadas (“Sim, é Violência Sexual” e “Não, não é Violência Sexual”), não existindo opção de não resposta.

Em termos da (in)segurança estudantil foram apresentadas questões com objetivo de descrever a perceção dos estudantes que frequentam estabelecimentos de Ensino Superior em Lisboa, desenhadas como questões fechadas, “sim” ou “não”.

No que diz respeito à prevalência de violência sexual, Mary P. Koss (2006) cria um instrumento no Sexual Experiences Survey (SES) capaz de refletir casos ocultos de violação e de medir atos sexuais agressivos, coercivos e de vitimização em escala. Nesse sentido, o inquérito foi construído com recurso ao SES, como instrumento de mensurabilidade do comportamento relacionado com as definições legais de vários crimes sexuais.

Na recolha de dados foi utilizada a plataforma de construção de questionários *Google Forms*, tendo sido posteriormente os dados tratados e analisados no *software* de análise estatística SPSS. Porém, pela sua fraca performance em visualização gráfica, foi utilizado o Excel para este aspeto.

A construção de um inquérito que permita uma visão alargada sobre a realidade da violência sexual no Ensino Superior exigiu a combinação de múltiplas escalas. Para tal, foram considerados instrumentos como a *Conflict Tactics Scale* (CTS), criticada por centralizar a sua mensurabilidade na violência física, negligenciando o aspeto emocional. No extremo oposto, foi ponderado o recurso a escalas de abuso emocional, entre as quais se enumeram “*Psychological Maltreatment of Women Inventory*”, o “*Index of Spouse Abuse*” e o “*Abuse Risk Inventory*” (Hegarty, 2007).

A escala de maior referência na construção do questionário, para a identificação da frequência de violência sexual, foi a “*Composite Abuse Scale*”, constituída por 18 perguntas em grelha, com seis opções de resposta que se

enumeram como “nunca”, “uma vez”, “várias vezes”, “uma vez por mês”, “uma vez por semana” e “diariamente” (Hegarty, 2007).

As questões que constituem a escala são: “1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim”, “2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim”, “3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido”, “4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido”, “5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado”, “6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento”, “7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento”, “8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade”, “9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral”, “10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pênis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento”, “11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pênis, dedos ou objetos”, “12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)”, “13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)”, “14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)”, “15. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)”, “16. Já alguém ameaçou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)”, “17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente” e “18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação”. As respostas foram dadas numa escala de Likert de 1 a 6 em que 1 correspondia a “nunca”, 2 a “uma vez”, 3 a “várias vezes”, 4 a “uma vez por mês”, 5 a “uma vez por semana” e 6 a “diariamente”.

A figura 1 apresenta a média das respostas às questões anteriores, em conformidade com o apresentado no anexo II, sendo que a maioria das respostas dadas encontra-se entre os valores 1 e 2, com exceção para a pergunta "1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim" e "2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim".

Depois da apresentação do estudo e da distribuição das respostas encaminhase a investigação para a análise da interdependência entre as variáveis pela realização de uma análise de componentes principais (ACP). A adequabilidade desta demonstra-se apropriada ($KMO=0,909$), o que permite a extração de 3 componentes em que a variância total é explicativa de 60,2% na sua totalidade. Neste sentido, é possível identificar 3 distintas dimensões e agrupar as suas variáveis em componentes.

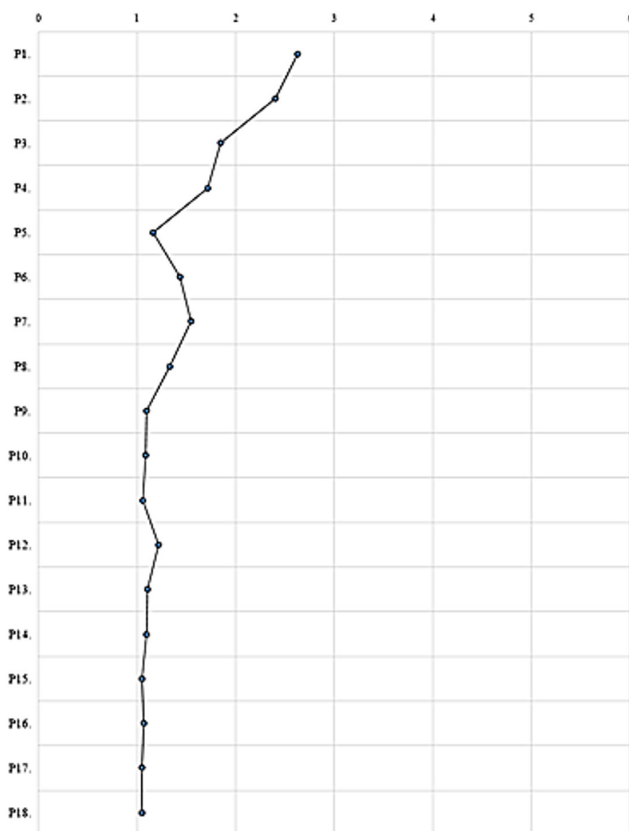


Figura 1. Médias das medidas de frequência consideradas pelos inquiridos.

A primeira dimensão relaciona-se com a frequência de violência de âmbito físico, tendo-se atribuída a designação "Físico", e é construída pelas questões: "8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade", "9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral", "10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pénis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento", "11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pénis, dedos ou objetos", "12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)", "13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)", "14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)", "15. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)", "16. Já alguém ameaçou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar)", "17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente" e "18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação".

A componente relativa à frequência de assédio sexual, designada de "Assédio", inclui as questões: "3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido", "4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido", "5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado", "6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento" e "7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento".

A terceira e última dimensão é relativa à violência sexual de foro emocional, tendo sido atribuída a designação de “Emocional”, incluindo as variáveis: “1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim” e “2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim”.

Para facilitar a interpretação das figuras, procede-se à construção de novas variáveis pela via de índices sobre as quais se agrupam na categoria “várias vezes” as respostas “uma vez por mês”, “uma vez por semana” e “diariamente”.

Compreende-se confiabilidade suficiente para prosseguir em cada uma das variáveis compósitas sendo elas “Físico” (Alpha =0,907), “Assédio” (Alpha =0,768) e “Emocional” (Alpha =0,729).

RESULTADOS

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Em termos de caracterização geral, os 995 inquiridos demonstram idades compreendidas entre os 17 e os 30 anos, apresentando uma média de 21 anos. 54,27% afirma estar atualmente numa relação afetiva. No que ao género diz respeito, 73,9% dos inquiridos descreve-se como “Feminino”, 25,7% como “Masculino”, 0,2% como “Não Binário” e 0,1% enquanto “*Trans Female to Male*”, sendo identificado somente 1 inquirido que optou pela não resposta. Em termos de orientação sexual, 81,8% identificam-se como “heterossexuais”, 5,7% como “bissexual”, 3,6% enquanto “homossexual”. Foram verificadas outras respostas com valores inferiores a 1%, como “pansexual” (0,5%), “Bicurioso” (0,2%), “99% hétero” (0,1%) e “não sei” (0,1%).

A maioria apresenta frequência na Universidade de Lisboa (45,23%) e Universidade Nova de Lisboa (19,50%). Quanto à identificação da área de estudo, a amostra revela inquiridos de todas as áreas formativas, porém a maior predominância na amostra está em Saúde (25,93%), Direito, Ciências Sociais e Serviços (21,91%) e Tecnologias (20,90%). A média de anos de frequência no Ensino Superior é de 3, correspondendo a graus de Licenciatura (61,15%), Mestrado (35,82%); Mestrado Integrado (1,51%) e Doutoramento (1,51%).

Em relação ao alojamento, 46,23% dos inquiridos são estudantes deslocados da sua área de residência, dos quais 35,7% afirma viver com colegas de casa/quarto (desconhecidos), 26,5% com “amigos” e 23% com a família. Em contraste, 95,1% dos estudantes que estão alojados na sua área de residência vivem com a família.

PERSPETIVA DOS ESTUDANTES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

A perceção dos estudantes sobre situações que representam crimes de violência sexual, como descritos pela Figura 2, é na maioria consistente com a realidade.

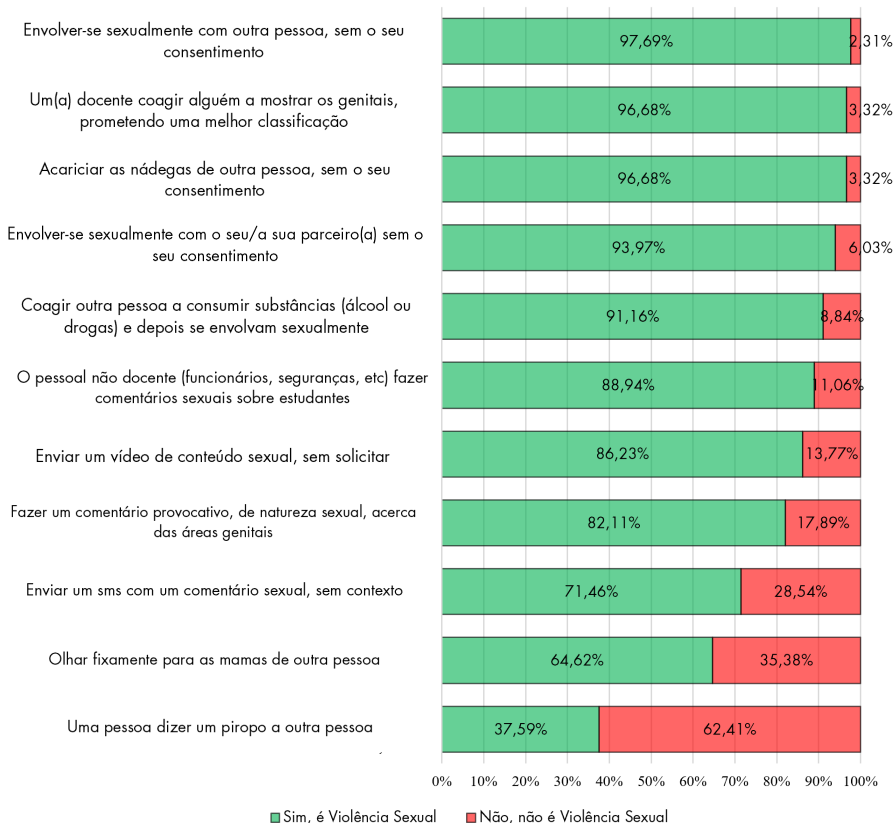


Figura 2. Perceção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários de violência sexual em 2018 (%).

No entanto, observam-se sempre respostas superiores aos 90% para cenários que envolvem contacto físico direto, em contraste aos contextos que envolvem comentários sexuais indesejados, persistência, pressão psicológica e verbal, dos quais se destaca “uma pessoa dizer um piropo a outra pessoa”, que a maioria dos estudantes não determina como violência sexual (62,41%), não obstante da sua criminalização em contexto nacional (Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto).

Relativamente a circunstâncias que não retratam violência sexual (Figura 3), a grande maioria dos estudantes (em todos os casos, mais de 95%) faz corresponder adequadamente estas conjunturas.

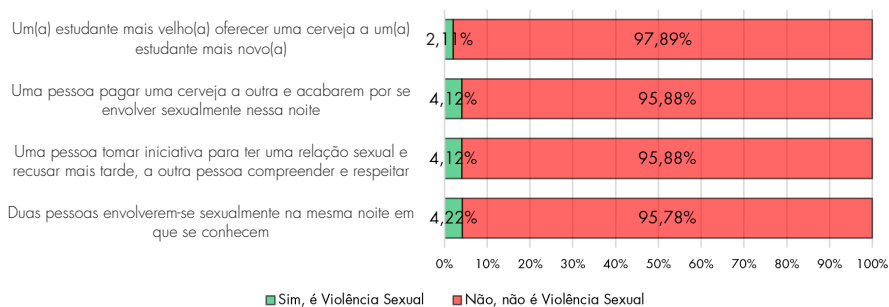


Figura 3. Percepção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários que não constituem violência sexual em 2018 (%).

Para situações que retratam zonas sem consenso assumido sobre a sua natureza face a violência sexual as respostas parecem divergir com maior frequência (Figura 4). Assim, no que diz respeito a “alguém adormecer enquanto está numa relação sexual e a outra pessoa dar continuidade à relação” é assumida como violência sexual por 82,11% dos estudantes. Relativamente à situação na qual um docente toque nas mamas de um aluno com o propósito de lhe explicar um procedimento médico, esta é considerada violência por 77,59% dos inquiridos, enquanto que 61,41% consideram violência se virem condicionada a sua forma de vestir por quem partilham relação íntima. Contudo, não interpretam como violência sexual o pedido de consentimento de um(a) estudante a outro(a) para prática de atos sexuais quando embriagado(a) (72,66%) ou pedir fotografias dos genitais da pessoa com que partilha relação afetiva (73,47%).

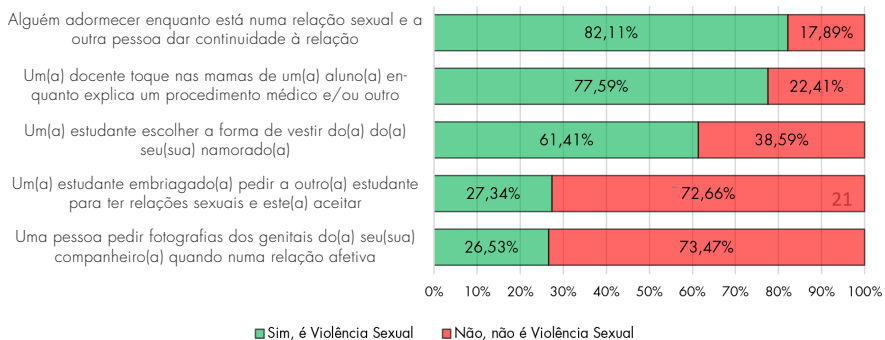


Figura 4. Percepção dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa sobre cenários sem consentimento sobre a sua natureza de violência sexual em 2018 (%).

PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES COM FREQUÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR SOBRE A SEGURANÇA

No que à segurança diz respeito, o inquérito fez incluir um conjunto de questões sobre esta temática, com objetivo de descrever a percepção dos estudantes que frequentam estabelecimentos de Ensino Superior na Área Metropolitana de Lisboa. Desenhadas como questões fechadas, “sim” ou “não”, foram considerados casos válidos os 995 inquiridos, não se verificando opção de não resposta.

A Figura 5 sustenta uma descrição deste cenário, para o qual 14,27% dos estudantes afirmam sentirem insegurança dentro da Instituição de Ensino Superior que frequentam. No estabelecimento de Ensino Superior a maioria dos estudantes consolida um sentimento de segurança, porém existem casos de estudantes que afirmam ter sido seguidos dentro da instituição de ensino (3,62%), ou da instituição de ensino até casa/casa até à instituição de ensino (8,94%).

No entanto, é fora do espaço dos *campi* onde as respostas acentuam maior percepção de insegurança, sendo que 40,80% dos estudantes inquiridos afirmam sentir medo quando alguém os abordou na paragem de autocarro/metro e 93,27% expressaram medo para com abordagens no parque de estacionamento da instituição. Em geral, no percurso de ida/volta da instituição de ensino 56,58% dos estudantes declaram que sentiram medo.

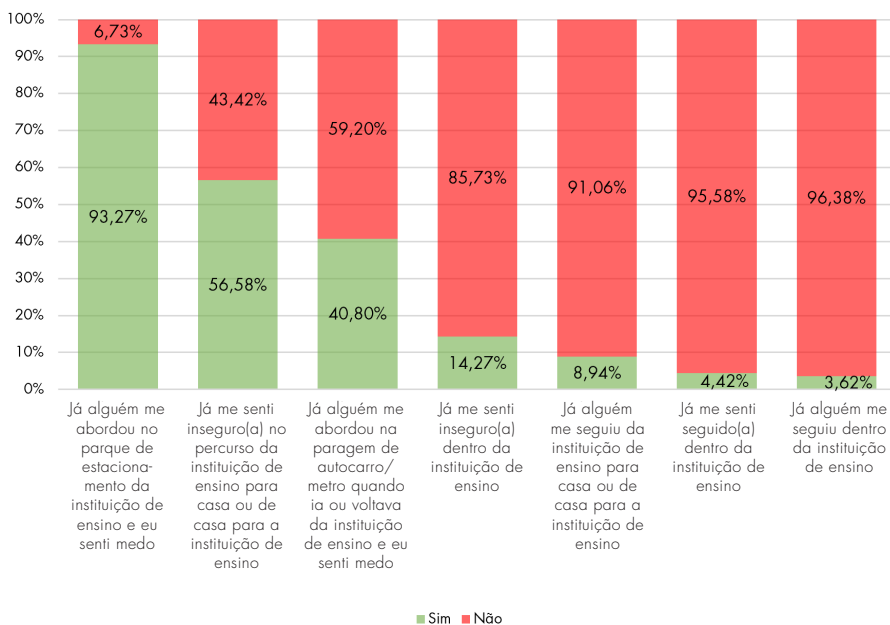


Figura 5. Percepção de segurança dos estudantes no Ensino Superior em Lisboa em 2018 (%).

PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Comparativamente a estudos similares sobre a população estudantil, este capítulo investiga, com recurso a inquérito, a prevalência da violência sexual em estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior em Lisboa, em 2018. Como anteriormente declarado, o guião de inquérito foi apresentado com opção de não resposta para questões que especificamente possam causar constrangimentos ao inquirido pela sensibilidade da temática em observação, mesmo sendo garantida a total confidencialidade. Neste sentido, na implementação da *Composite Abuse Scale* adaptada, foram registados um número de casos válidos que variam em conformidade com a pergunta, nunca superando os 41 casos omissos, que podem ser consultados em detalhe nas tabelas de frequência no Anexo V.

As primeiras questões, com denominação compósita de “emocional”, em concordância com a *Composite Abuse Scale*, são relativas à violência sexual relacionada com a importunação sexual verbal ou não-verbal, que poderiam ser integradas na definição de assédio sexual, mas aqui associada maioritariamente ao exemplo do “piropo” (Figura 6). Para estas características, 65,5% dos estudantes afirmam ter experienciado pelo menos uma vez comentários provocatórios de natureza sexual e 72,2% ficaram incomodados(as) pela forma como olharam para si. A frequência identificada com maior número de respostas para toda a dimensão revela que estas situações quando sucedem têm maior probabilidade de ocorrer várias vezes.

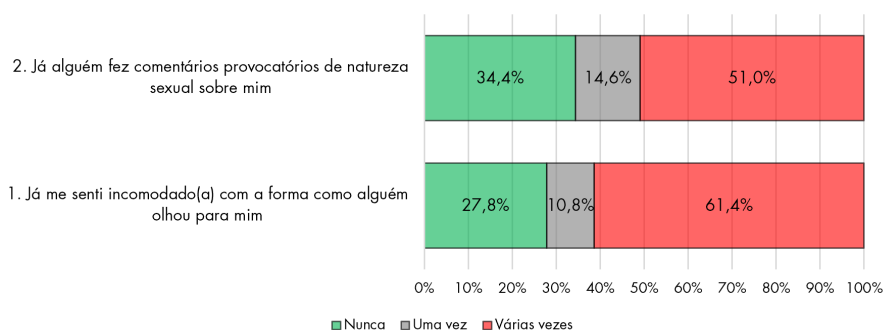


Figura 6. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa, às questões da dimensão “emocional”, em 2018 (%).

No mesmo sentido, a Figura 7 exhibe as respostas da dimensão “assédio sexual”, que estão relacionadas com comportamentos indesejados de carácter sexual verbal e não verbal. Mais de um terço dos estudantes assume ter recebido comentários, fotografias e/ou vídeos de carácter/conteúdo sexual indesejado. São 32%, os que afirmam já ter experienciado, sem consentimento, a simulação de atos e/ou movimentos sexuais e 29,2% situações de atos exibicionistas de genitais. No entanto, 90,2% afirmam nunca terem recebido chamadas telefónicas com conteúdo sexual sem concordar. Por outro lado, existem situações que, quando demonstram prevalência, têm maior probabilidade de acontecer várias vezes, como é observável pelas respostas às questões “já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais sem o meu consentimento”, “já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido” ou “já alguém enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido”.

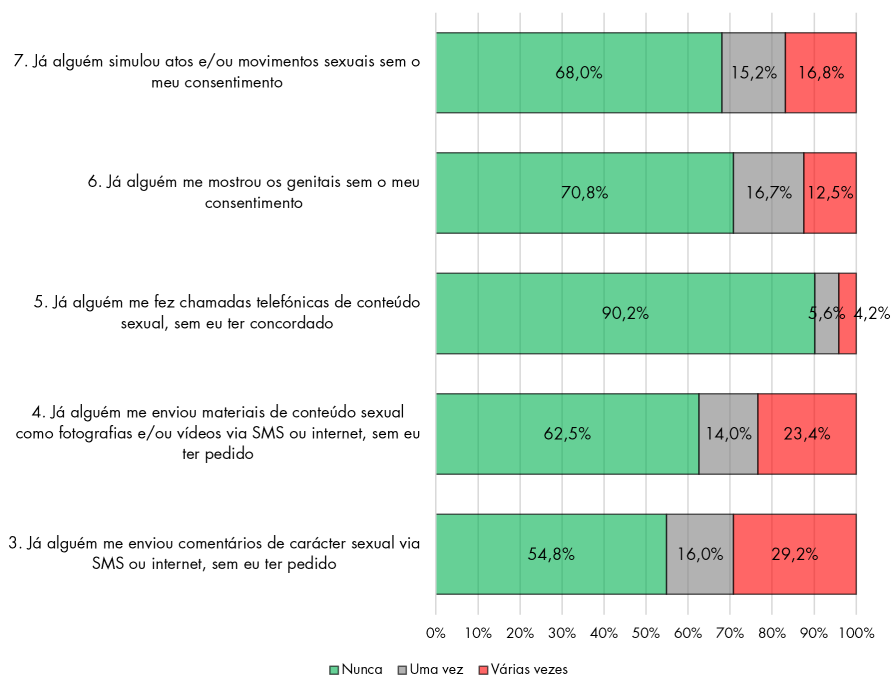


Figura 7. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa, às questões da dimensão “assédio sexual”, em 2018 (%).

No que a abuso, coação sexual e violação diz respeito, as questões foram agrupadas com a denominação “físico”. O conjunto de perguntas, ilustrado na Figura 8, expõe um cenário onde pelo menos 90% dos inquiridos identifica nunca ter sido sujeito a nenhum dos exemplos apresentados. No entanto, os inquiridos afirmam que pelo menos uma vez “já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade” (22,7%) e que foram coagidos(as) com vista a praticar atos sexuais (14,1%). As mesmas questões, quando verificam incidência, têm maior probabilidade de acontecer múltiplas vezes.

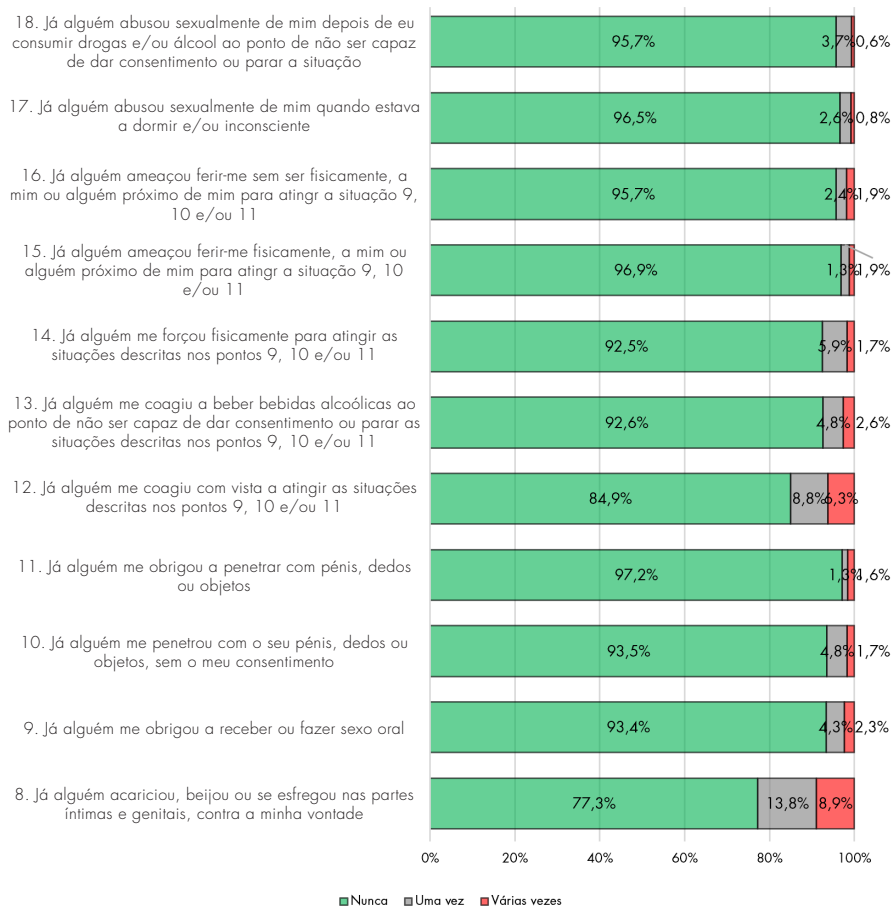


Figura 8. Proporção das respostas dos estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa às questões da dimensão de carácter “físico” em 2018 (%).

A construção das variáveis em índices permite a demonstração visual da Figura 9, sendo que na análise da amostra para o “assédio” foram identificadas 42 omissões de resposta, o que perfaz um total de 953 casos válidos. Neste parâmetro é observada uma prevalência de assédio sexual pelo menos uma vez em 61,4% dos estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior em Lisboa, dos quais 38,1% afirmam ter sido vítimas em mais do que uma ocasião.

No que corresponde à componente “emocional”, foram validadas 962 respostas, sendo que a prevalência “várias vezes” tem o maior registo percentual de todas as componentes (55%). Em suma, 79,6% dos inquiridos já vivenciaram situações de importunação sexual verbal ou não-verbal.

Finalmente, no que concerne à violência sexual com contacto físico, apresenta 932 casos válidos e a menor prevalência de vitimização das três componentes. Não obstante, 34,2% dos estudantes inquiridos identificaram experienciar crimes relacionados, dos quais 12,2% demonstram que ocorreu mais do que uma vez.

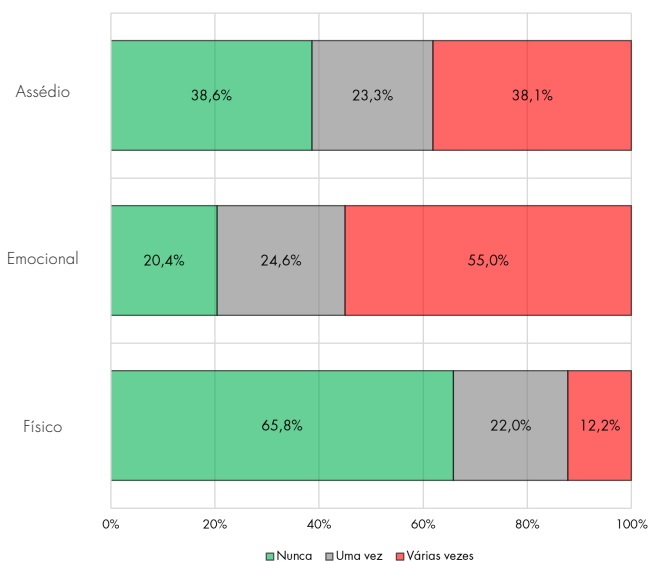


Figura 9. Proporção de respostas aos 18 itens incluídos na *Composite Abuse Scale* modificada, medida por estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa em 2018 (%).

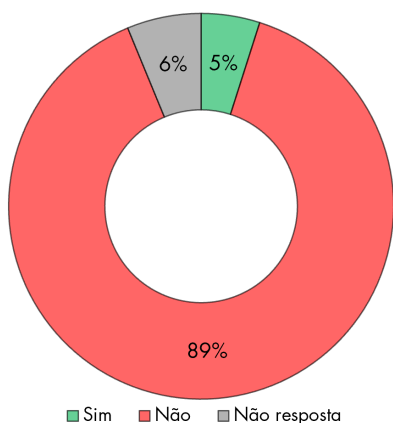


Figura 10. Percentagem total de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018 que contaram ou reportaram uma situação de violência sexual (%).

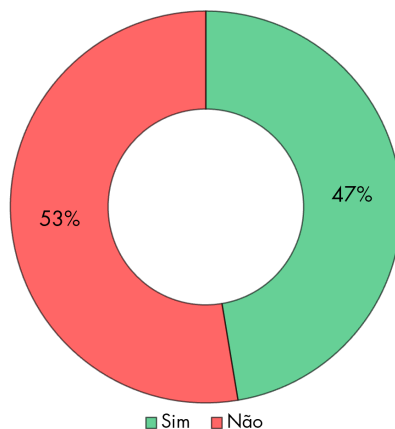


Figura 11. Satisfação com a resolução e/ou apoio prestado aos estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que contaram ou reportaram uma situação de violência sexual (%).

Apesar da realidade representada acima, do total de 995 inquiridos, 89% nunca contou ou reportou uma situação de violência sexual (Figura 10). Importa ainda reforçar que 53% dos inquiridos não se sentiu satisfeito com a resolução e/ou apoio prestado dos estudantes (Figura 11).

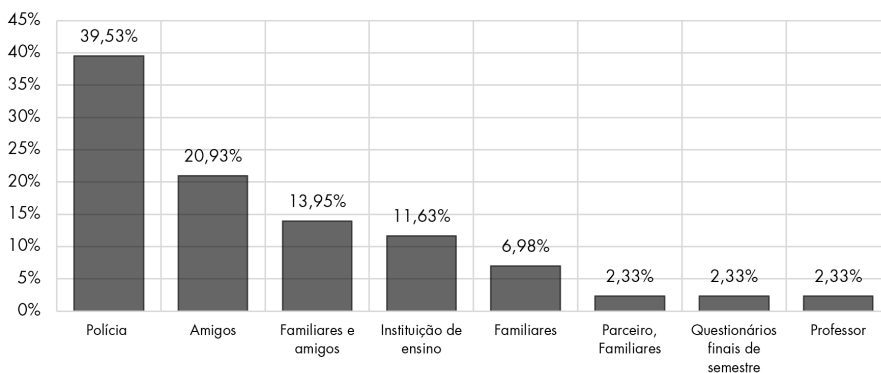


Figura 12. Agentes de denúncia por parte de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que contaram ou reportaram uma situação de violência sexual (%).

Entre os 49 indivíduos que reportaram ou contaram casos de violência sexual, foram 43 os que identificaram o agente a quem reportaram/contaram (Figura 12). Em resposta aberta, a polícia é colocada como a principal fonte de denúncia (39,53%), seguida dos amigos (20,93%) e de familiares e amigos (13,95%).

Para além de questões no âmbito da frequência de situações de violência sexual, foi pedido aos inquiridos que categorizassem a relação que tinham com o agressor para cada um dos 18 cenários apresentados, cujos resultados se apresentam na Figura 13. Os estudantes que durante a sua frequência do Ensino Superior vivenciaram situações de violência sexual identificaram os agressores como conhecido(a)s (32,58%), colega(s) (23,29%) e pessoal não docente (16,74%), considerando com menor frequência casos com que partilham uma relação familiar (0,68%), docente (2,18%) e amizade (11,44%).

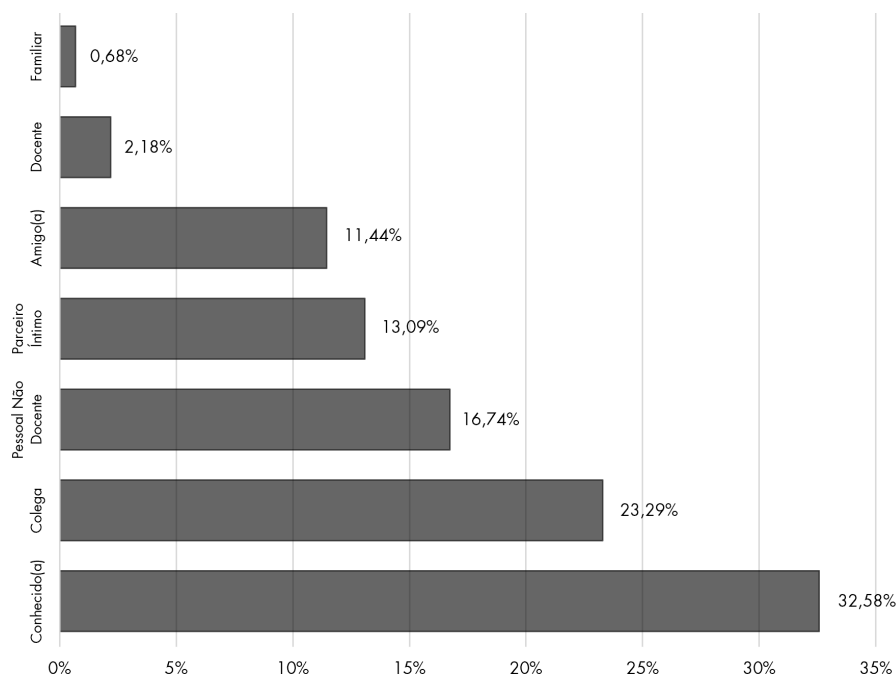


Figura 13. Agentes denunciados como agressores por parte de estudantes com frequência em estabelecimentos de Ensino Superior de Lisboa em 2018, que experienciaram pelo menos uma situação de violência sexual (%).

CONCLUSÕES

No decorrer da investigação foram consideradas como dimensões em análise a perspetiva, a (in)segurança e a prevalência de violência sexual para a população dos estudantes que frequentam o Ensino Superior em Lisboa, no ano letivo 2018/2019.

Em virtude dos resultados mencionados, quanto à perceção dos estudantes sobre a segurança, a grande maioria dos inquiridos responde não sentir insegurança no interior das estruturas dos *campi* universitários, porém esta tendência é revertida quanto aos percursos pendulares, entre o estabelecimento de ensino e a sua residência. O mesmo acontece em espaços adjacentes ao *campus*, como nos parques de estacionamento, local onde 93,27% dos inquiridos afirma que foi abordado e sentiu medo.

Nos aspetos observados da perspetiva dos estudantes sobre o que constitui violência sexual, a maioria dos inquiridos descrevem contextos que implicam contacto físico como violação, coerção sexual e abuso sexual como violência sexual. No entanto, práticas de importunação sexual descrevem uma tendência decrescente para serem categorizadas como violência sexual, das quais se destaca o “piropo”, ato que a maioria dos inquiridos não considera violência sexual (62,41%).

Contudo, a maioria das situações que não são interpretadas como violência sexual correspondem a exemplos em que não o são, segundo a definição da OMS (2002). No entanto, foram introduzidas 5 questões que representam áreas sem consenso assumido à luz desta definição, das quais consideram violência sexual escolher a forma de vestir do outro numa relação íntima (61,41%) e um(a) docente tocar nas mamas de um aluno mesmo que para explicar um procedimento médico 77,59%. Em contraste, 73,47% dos estudantes não considera violência sexual pedir fotografias dos genitais do(a) seu(sua) companheiro(a) numa relação afetiva.

A análise da prevalência da violência sexual em estudantes do Ensino Superior em Lisboa permitiu uma análise de componentes principais que resultou na extração de 3 componentes a partir de 18 questões sobre violência sexual. Em termos de abuso emocional, neste contexto relacionado com a importunação sexual, somente 20,4% dos estudantes não experienciaram pelo menos uma

vez comentários/olhares provocatórios de natureza sexual. No que a assédio sexual diz respeito, ao analisar questão a questão as variáveis que compõem esta dimensão, a maioria dos estudantes nunca vivenciou nada neste âmbito.

No entanto, a construção do índice “assédio” apresenta um cenário no qual a maioria dos inquiridos já foi vítima pelo menos uma vez de alguma das práticas descritas no âmbito de importunação sexual, verbal ou não verbal. Finalmente, a violência sexual que envolve contacto físico representa o caso com menor prevalência comparativamente a outras dimensões. Em todo o caso, 34,2% dos estudantes no Ensino Superior em Lisboa afirmam ter sofrido pelo menos uma vez crimes relacionados durante o período da sua frequência universitária.

Ao total dos inquiridos foi questionado se alguma vez reportaram/contaram um crime sexual do qual foram vítimas, sendo que 89% declara nunca ter denunciado nenhum ato relacionado. No entanto, a primeira fonte de denúncia é a polícia (39,53%). Além disso o agressor é na sua maioria categorizado como um conhecido(a) (32,58%), o que entra em congruência com outros estudos supramencionados na revisão de literatura.

RECOMENDAÇÕES

Tendo por base os resultados obtidos, a Federação Académica de Lisboa tece um conjunto de recomendações à luz do que considera serem as principais áreas de atuação no âmbito da Violência Sexual, no contexto do Ensino Superior. Assim, recomenda-se que se proceda à:

1. Promoção de campanhas de sensibilização, pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e Tutela, para os Estudantes do Ensino Superior, com vista a educar e desmistificar os conceitos de assédio e violência sexual, bem como qual deve ser a atuação perante uma ocorrência.
2. Criação de metodologias de denúncia de casos nas Instituições de Ensino Superior, com a respetiva divulgação dos procedimentos, procurando alertar para a importância da denúncia.
3. Implementação de medidas de segurança mais adequadas às reais necessidades dos estudantes, procurando ampliar a vigilância, iluminação e controlo nos estabelecimentos de ensino, nos *campi*, nas paragens de transportes públicos e, em particular destaque, nos parques de estacionamento das IES. Este esforço deve ser realizado pelas IES, em estrita colaboração com as autarquias e forças policiais, com apoio da Tutela.
4. Realização de um estudo a nível nacional, procurando a descrição do panorama mais alargado, podendo recorrer aos instrumentos que considerarem pertinentes, estando disponível a utilização do mesmo que serviu para a construção deste estudo e que sirva de suporte a programas do Governo.
5. Definição de políticas públicas de combate ao assédio e violência sexual, estabelecendo um plano estratégico concreto e com objetivos bem definidos no âmbito da educação e segurança.

BIBLIOGRAFIA

1. Abbey, A., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., & McAuslan, P. (2004). Similarities and differences in women's sexual assault experiences based on tactics used by the perpetrator. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 323-332.
2. APAV. (2013). *Manual Unisexo - para o atendimento a vítimas adultas de violência sexual*.
3. Bankston, W. B., & et al. (1987). Fear of Criminal Victimization and Residential Location: The Influence of Perceived Fear. *Rural Sociology*, 98-107.
4. Bedenbaugh,, C. (1998). *Nightmare Memories of Rape and Murder*. Manhunter, 6-22.
5. Berta, M., Ornelas, J., & Maria, S. (2007). Sobreviver ao medo da violação: constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica*, 1, 135-147.
6. Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women, and rape*. New York: Bantam.
7. Byers, E., & Eno, R. (1991). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4, 55-70.
8. Carter, D. (1999). Campus Criminals - Do You Know about Hidden Campus Crime. *Security on Campus*.
9. Costa, I., & Sani, A. (no prelo). O Abuso e as Crenças sobre a Violência nas Relações Amorosas de Estudantes Universitários. *Revista Lusófona de Ciências da Mente e do Comportamento*, 8.
10. Day, K. (1994). Conceptualizing women's fear of sexual assault on campus – a review of causes recommendations for change. *Environment and Behavior*, 26, 742-765~
11. Day, K. (1999). Strangers in the night: women's fear of sexual assault on urban college campuses. *Journal of Architectural and Planning Research*, 16(4), 289–312.
12. Ferraro, K. F. (1995). *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*. Albany: State University of New York Press.
13. Fisher, B. (2009). The Effects of Survey Question Wording on Rape Estimates: Evidence From a Quasi-Experimental Design. *Violence Against Women*, 15, 133-147.

14. Fox, J. A., & Hellman, M. J. (1985). Location and Other Correlates of Campus Crime. *Journal of Criminal Justice*, 429-444.
15. FRA. (2014). *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia - Síntese dos resultados*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
16. Gidycz, C., Coble, C., Latham, L., & Layman, M. (1993). Sexual assault experience in adulthood and prior victimization experiences. *Psychology of Women Quarterly*, 17, 151-168.
17. Gidycz, C., Hanson, K., & Layman, M. (1995). A prospective analysis of the relationships among sexual assault experiences: An extension of previous findings. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 5-29
18. Gravey, N. (2005). *Just sex?: The cultural scaffolding of rape*. London: Routledge.
19. Hart, T. C. (2013). *Violent victimization of college students: Findings from the National Crime Victimization Survey*. Tampa: University of Tampa.
20. Heiskanen, M., & Ruuskanen, E. (2011). *Men's Experiences of Violence in Finland 2009*. Helsinki: HEUMI.
21. Jennings, W. G., & et al. (2007). Are Institutions of Higher Learning Safe? A descriptive study of campus safety issues and self-reported campus victimization among male and female college students. *Journal of Criminal Justice Education*, 191-208.
22. Kelly, L. (1988). *Surviving Sexual Violence*. Cambridge, UK: Polity Press.
23. Kelly, L., & Radford, J. (1990). "Nothing really happened": the invalidation of women's experiences of sexual violence. *Critical Social Policy*, 10(30), 39-53.
24. Koss, M. P., & Cleveland, H. H. (1997). *Stepping on toes: social roots of date rape lead to intractability and politicization*. In M. D. Schwartz (Ed.), *Researching Sexual Violence Against Women: Methodological and Personal Perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
25. Koss, M., Gidycz, C., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 162-170.
26. Kosson, D., Kelly, J., & White, J. (1997). Psychopathy-related traits predict self-reported sexual aggression among college men. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 241-254.
27. Krebs, C., & et al. (2009). College Women's Experiences with Physically Forced, Alcohol - or Other Drug-Enabled, and Drug-Facilitated Sexual Assault Before and Since Entering College. *Journal of American College*

- Health*, 639-647.
28. Liska, A. E., & et al. (1982). Fear of Crime as a Social Fact. *Social Forces*, 760-770.
 29. Magalhães, S. (2016). *Como ser uma Rapaz: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*. Novas Edições Acadêmicas
 30. Maia, A., et al. (2006). Experiências adversas e funcionamento actual: um estudo com jovens portugueses. *VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, (pp. 54-73).
 31. McCreedy, K. R., & Dennis, B. G. (1996). Sex-Related Offences and Fear of Crime on Campus. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 69-80.
 32. McMahon, S. (2011). *Changing Perceptions of Sexual Violence Over Time*. Harrisburg: National Resource Center on Domestic Violence.
 33. Neves, S. (2003). Amor, poder e violência(s) contra as mulheres: A importância do género nas relações íntimas. *Psicologia: Teoria, Investigação E Prática*, 8(1), 133-144.
 34. NEVUSP. (2014). *Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014*. São Paulo: OMS.
 35. NUS. (2011). *Hidden Marks - A study of women students' experiences of harassment, stalking, violence and sexual assault*. London: National Union of Students.
 36. Olsvik, V. M. (2010). *Multiple and Repeat Victimization of Women with Physical Disabilities*. Lillehammer: The Foundation for Health and Rehabilitation and The Norwegian.
 37. O'Neil, M., & Morgan, P. (2010). *American Perceptions of Sexual Violence - A FrameWorks Research Report*. Washington: FrameWorks Institute.
 38. Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 75-107.
 39. Smith, M. C. (1988). *Coping with Crime on Campus*. New York: Macmillan Publishing Company.
 40. Sottomayor, M. C. (2015). A Convenção de Istambul e o novo paradigma da Violência de Género. *Ex Aequo*, (31), 105-121.
 41. Spohn, C., & Horney, J. (1992). *Rape law reform: A Grassroots revolution an its impact*. New York: Springer.
 42. Stanko, EE. & Hobdell, K. (1993). Assault on men: masculinity and male victimization. *British Journal of Criminology*, 33, 400-415

43. Turner, A., & et al. (2006). The effect of lifetime victimization on the mental health of children and adolescents. *Social Science & Medicine*, 13-27.
44. Universities UK. (2016). *Report of the Universities UK Taskforce examining violence against women, harassment and hate crime affecting university students*. London: Universities UK
45. Warr, M., & Stafford, M. (1963). Fear of Victimization: a Look at the Proximate Causes. *Social Forces*, 1033-1043.
46. WHO. (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: WHO.

ANEXO I - GUIÃO DE INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO - VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR

Este questionário é realizado no âmbito do estudo "Violência Sexual no Ensino Superior".

Pedimos aos inquiridos que tenham em consideração as questões colocadas somente em relação ao período em que frequentam o Ensino Superior.

A recolha e tratamento dos resultados será da responsabilidade do Centro de Estudos da Federação Académica de Lisboa, pelo que importa salientar que todas as respostas são de carácter anónimo e confidencial, sendo utilizadas somente para fins estatísticos.

Agradecemos, desde já, a sua participação e colaboração neste estudo. Juntos poderemos contribuir para a mudança da Academia!

Nº do inquérito: _____

I - Caracterização

1. Sexo:

Feminino 1

Masculino 2

_____ 3

2. Idade: _____

3. Qual é o Estabelecimento de Ensino Superior que frequenta?

4. Qual é o seu nível de Habilitações Literárias?

12º ano 1

Licenciatura 2

Mestrado 3

Doutoramento 4

Outra 5

4.1. Caso tenha respondido "outra" na pergunta anterior descreva qual:

5. Qual o grau académico que frequenta?

Licenciatura 1

Mestrado 2

Doutoramento 3

Outra 4

5.1. Caso tenha respondido "outra" na pergunta anterior, descreva qual:

6. Qual é o número de anos que frequenta o Ensino Superior?

1	2	3	4	5	6	7 ou mais

7. Está deslocado da sua área de residência?

Sim 1

Não 2

8. Como é a sua situação em termos de alojamento?

Habitação própria 1

Habitação de familiares 2

Residência Universitária 3

Quarto arrendado 4

Outra situação 5

8.1. Caso tenha respondido “outra situação”, descreva qual:

9. Com quem vive?

Sozinh@ 1

Cônjuge 2

Família 3

Amigos/outras pessoas 4

10. Orientação Sexual

Bissexual 1

Heterossexual 2

Homossexual 3

Outra 4

Prefiro não responder 5

10.1. Caso tenha respondido "outra" na pergunta anterior, descreva qual:

11. Atualmente, está numa relação adulta íntima?

Sim 1

Não 2

ANEXO II - PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

Pense agora naquilo que considera ser violência sexual, ao responder, tente assinalar a primeira resposta que lhe ocorre.

12. Para os seguintes cenários, indique quais considera tratarem-se de violência sexual e aqueles que não lhe parecem ser violência sexual:

	É Violência Sexual (1)	Não é Violência Sexual (2)
1. Olhar fixamente para as mamas de outra pessoa.		
2. Fazer um comentário provocativo, de natureza sexual, acerca das áreas genitais.		
3. Enviar um SMS com um comentário sexual, sem contexto.		
4. Enviar um vídeo de conteúdo sexual, sem solicitar.		
5. Acariciar as nádegas de outra pessoa, sem o seu consentimento.		
6. Envolver-se sexualmente com outra pessoa, sem o seu consentimento.		
7. Envolver-se sexualmente com o seu/a sua parceiro(a) sem o seu consentimento.		
8. Um(a) docente coagir alguém a mostrar os genitais, prometendo uma melhor classificação.		
9. Coagir outra pessoa a consumir substâncias (álcool ou drogas) e depois se envolvam sexualmente.		
10. Uma pessoa dizer um piropo a outra pessoa.		
11. Duas pessoas envolverem-se sexualmente na mesma noite em que se conhecem.		

12. Uma pessoa tomar iniciativa para ter uma relação sexual e recusar mais tarde, a outra pessoa compreender e respeitar a decisão.		
13. Uma pessoa pagar uma cerveja a outra e acabarem por se envolver sexualmente nessa noite.		
14. Um(a) estudante embriagado(a) pedir a outro(a) estudante para ter relações sexuais e este(a) aceitar.		
15. Alguém adormecer enquanto está numa relação sexual e a outra pessoa dar continuidade à relação.		
16. Um(a) estudante escolher a forma de vestir do(a) seu(sua) namorado(a).		
17. Um(a) docente toque nas mamas de um(a) aluno(a) enquanto explica um procedimento médico e/ou outro.		
18. Um(a) estudante mais velho(a) oferecer uma cerveja a um(a) estudante mais novo(a).		
19. O pessoal não docente (funcionários, seguranças, etc) fazer comentários sexuais sobre estudantes.		
20. Uma pessoa pedir fotografias dos genitais do(a) seu(sua) companheiro(a) quando numa relação afetiva.		

ANEXO III - PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ACERCA DA SEGURANÇA

13. Considere para a seguinte questão o período desde que iniciou o seu percurso no Ensino Superior até ao momento atual.

	Sim (1)	Não (2)
1. Já me senti inseguro(a) dentro da instituição de ensino.		
2. Já me senti inseguro(a) no percurso da instituição de ensino para casa ou de casa para a instituição de ensino.		
3. Já me senti seguido(a) dentro da instituição de ensino.		
4. Já alguém me seguiu dentro da instituição de ensino.		
5. Já alguém me seguiu da instituição de ensino para casa ou de casa para a instituição de ensino.		
6. Já alguém me abordou no parque de estacionamento da instituição de ensino e eu senti medo.		
7. Já alguém me abordou na paragem de autocarro/metro quando ia ou voltava da instituição de ensino e eu senti medo.		

ANEXO IV - FREQUÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR

“A violência sexual diz respeito todas os atos sexuais ou tentativas para obtenção de atos sexuais, comentários sexuais não consentidos, ações contra a sexualidade de uma pessoa, através do uso da coação sexual, por qualquer pessoa, independente da relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, mas não sendo limitado aos ambientes como casa e trabalho” Organização Mundial de Saúde (2012).

14. Considere para a seguinte questão a definição de Violência Sexual dada pela Organização Mundial de Saúde. Para responder considere o período desde que iniciou o seu percurso no Ensino Superior até ao momento atual, indique a frequência de situações de violência sexual para cada um dos seguintes pontos.

	Nunca (0)	Uma vez (1)	Várias vezes (2)	Uma vez por mês (3)	Uma vez por semana (4)	Diariamente e (5)
1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim.						
2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim.						
3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido.						
4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido.						
5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado.						
6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento.						
7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento.						
8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade.						

9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral.						
10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pênis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento.						
11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pênis, dedos ou objetos.						
12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
15. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
16. Já alguém ameaçou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente.						
18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação.						

15. Tendo em conta a questão anterior, indique para os seguintes pontos a relação que tinha com o agente.

	Parceiro(a) Íntimo (1)	Colega (2)	Familiar (3)	Conhecido(a) (4)	Docente (5)	Pessoal Não Docente (6)
1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim.						
2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim.						
3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido.						
4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido.						
5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado.						
6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento.						
7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento.						
8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade.						
9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral.						
10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pênis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento.						
11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pênis, dedos ou objetos.						
12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						

13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
15. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
16. Já alguém ameaçou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).						
17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente.						
18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação.						

16. Alguma vez contou ou reportou uma situação de violência sexual?

Sim 1

Não 2

17. Caso tenha respondido sim, a que entidade reportou a situação de violência sexual?

18. Caso tenha respondido sim, ficou satisfeito(a) com a resolução e/ou apoio prestado?

Sim 1

Não 2

Anexo II. Avaliação dos inquiridos em relação à proximidade com as características

	Nunca		Uma vez		Várias vezes		Uma vez por semana		Diariamente		Uma vez por meses		NR		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim.	267	26,8%	104	10,5%	444	44,6%	62	6,2%	35	3,5%	50	5,0%	33	3,3%	995	100,0%
2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim.	331	33,3%	141	14,2%	376	37,8%	51	5,1%	13	1,3%	51	5,1%	31	3,1%	994	100,0%
3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via sms ou internet, sem eu ter pedido.	526	52,9%	153	15,4%	233	23,4%	15	1,5%	7	0,7%	25	2,5%	36	3,6%	995	100,0%
4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via sms ou internet, sem eu ter pedido.	601	60,6%	135	13,6%	176	17,7%	13	1,3%	15	1,5%	21	2,1%	31	3,1%	992	100,0%
5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado.	868	87,7%	54	5,5%	31	3,1%	2	0,2%	3	0,3%	4	0,4%	28	2,8%	990	100,0%
6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento.	680	68,5%	160	16,1%	107	10,8%	5	0,5%	2	0,2%	6	0,6%	32	3,2%	992	100,0%
7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarar os genitais) sem o meu consentimento.	655	65,8%	146	14,7%	132	13,3%	10	1,0%	8	0,8%	12	1,2%	32	3,2%	995	100,0%
8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade.	744	74,8%	133	13,4%	77	7,7%	4	0,4%	2	0,2%	3	0,3%	32	3,2%	995	100,0%
9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral.	897	90,2%	41	4,1%	16	1,6%	1	0,1%	3	0,3%	2	0,2%	35	3,5%	995	100,0%
10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pénis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento.	894	89,8%	46	4,6%	11	1,1%	0	0,0%	3	0,3%	2	0,2%	39	3,9%	995	100,0%
11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com penis, dedos ou objetos.	930	93,5%	12	1,2%	10	1,0%	0	0,0%	3	0,3%	2	0,2%	38	3,8%	995	100,0%
12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).	810	81,4%	84	8,4%	55	5,5%	1	0,1%	3	0,3%	1	0,1%	41	4,1%	995	100,0%
13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).	888	89,2%	46	4,6%	19	1,9%	1	0,1%	3	0,3%	2	0,2%	36	3,6%	995	100,0%
14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).	884	89,1%	56	5,6%	11	1,1%	0	0,0%	3	0,3%	2	0,2%	36	3,6%	992	100,0%
15. Já alguém aneitou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).	927	93,2%	18	1,8%	8	0,8%	0	0,0%	3	0,3%	1	0,1%	38	3,8%	995	100,0%
16. Já alguém aneitou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigar-me a penetrar).	915	92,0%	23	2,3%	13	1,3%	0	0,0%	4	0,4%	1	0,1%	39	3,9%	995	100,0%
17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente.	922	92,7%	25	2,5%	6	0,6%	0	0,0%	2	0,2%	0	0,0%	40	4,0%	995	100,0%
18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação.	917	92,2%	35	3,5%	4	0,4%	0	0,0%	2	0,2%	0	0,0%	37	3,7%	995	100,0%

Anexo III. Análise de Componente Principal sobre rotação Oblimin

	Componente	
	Físico	Emocional
1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim.	,153	,260
2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim.	,175	,383
3. Já alguém me enviou comentários de caráter sexual. Via sms ou internet, sem eu ter pedido.	,278	,755
4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via sms ou internet, sem eu ter pedido.	,273	,819
5. Já alguém me fez chamadas telefônicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado.	,619	,598
6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento.	,360	,717
7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento.	,360	,624
8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade.	,508	,447
9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral.	,758	,465
10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pênis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento.	,845	,421
11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pênis, dedos ou objetos.	,737	,339
12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-lo a penetrar).	,713	,438
13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-lo a penetrar).	,697	,269
14. Já alguém me obrigou a penetrar.	,829	,350
15. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-lo a penetrar).	,818	,304
16. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-lo a penetrar).	,762	,284
17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente.	,762	,120
18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação.	,728	,126
% Variância	41,493	12,561
% Variância Total		60,272

Anexo IV. Proporção de respostas para os 18 itens incluídos na Composite Abuse Scale modificada, medida por estudantes com frequência de Ensino Superior em Lisboa em 2018.

	Nunca		Uma vez		Várias vezes	
	N	%	N	%	N	%
1. Já me senti incomodado(a) com a forma como alguém olhou para mim.	267	27,8%	104	10,8%	591	61,4%
2. Já alguém fez comentários provocatórios de natureza sexual sobre mim.	331	34,4%	141	14,6%	491	51,0%
3. Já alguém me enviou comentários de carácter sexual via SMS ou internet, sem eu ter pedido.	526	54,8%	153	16,0%	280	29,2%
4. Já alguém me enviou materiais de conteúdo sexual como fotografias e/ou vídeos via SMS ou internet, sem eu ter pedido.	601	62,5%	135	14,0%	225	23,4%
5. Já alguém me fez chamadas telefónicas de conteúdo sexual, sem eu ter concordado.	868	90,2%	54	5,6%	40	4,2%
6. Já alguém me mostrou os genitais sem o meu consentimento.	680	70,8%	160	16,7%	120	12,5%
7. Já alguém simulou atos e/ou movimentos sexuais (como masturbação, sexo oral ou agarrar os genitais) sem o meu consentimento.	655	68,0%	146	15,2%	162	16,8%
8. Já alguém acariciou, beijou ou se esfregou nas partes íntimas e genitais, contra a minha vontade.	744	77,3%	133	13,8%	86	8,9%
9. Já alguém me obrigou a receber ou fazer sexo oral.	897	93,4%	41	4,3%	22	2,3%
10. Já alguém me penetrou (vagina, ânus, outros) com o seu pénis, dedos ou objetos, sem o meu consentimento.	894	93,5%	46	4,8%	16	1,7%
11. Já alguém me obrigou a penetrar (vagina, ânus, outros) com pénis, dedos ou objetos.	930	97,2%	12	1,3%	15	1,6%
12. Já alguém me coagiu com vista a atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-me a penetrar).	810	84,9%	84	8,8%	60	6,3%
13. Já alguém me coagiu a beber bebidas alcoólicas ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-me a penetrar).	888	92,6%	46	4,8%	25	2,6%
14. Já alguém me forçou fisicamente (por exemplo agarrar-me os braços ou prender-me com o peso do seu corpo) para atingir as situações descritas nos pontos 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-me a penetrar).	884	92,5%	56	5,9%	16	1,7%
15. Já alguém ameaçou ferir-me fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-me a penetrar).	927	96,9%	18	1,9%	12	1,3%
16. Já alguém ameaçou ferir-me sem ser fisicamente, a mim ou alguém próximo de mim para atingir a situação 9, 10 e/ou 11 (obrigar a receber ou fazer sexo oral, penetrar-me ou obrigá-me a penetrar).	915	95,7%	23	2,4%	18	1,9%
17. Já alguém abusou sexualmente de mim quando estava a dormir e/ou inconsciente.	922	96,5%	25	2,6%	8	0,8%
18. Já alguém abusou sexualmente de mim depois de eu consumir drogas e/ou álcool ao ponto de não ser capaz de dar consentimento ou parar a situação.	917	95,7%	35	3,7%	6	0,6%



FEDERAÇÃO ACADÉMICA DE LISBOA